



DOI: 10.12957/transversos.2021.50726

ÁFRICA OCIDENTAL EM MANUSCRITOS
BRASÍLICOS DO SÉCULO XVIII
WEST AFRICA IN 18TH CENTURY
BRAZILIAN MANUSCRIPTS

Raphael Freitas Santos

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG
raphael@cefetmg.br

Resumo:

Historiadores brasileiros normalmente encontram alguma dificuldade em realizar pesquisas sobre a história da África e dos africanos sob uma perspectiva africana. Isso se deve, por um lado, às próprias especificidades dos métodos e técnicas para a exploração das fontes africanas; e, por outro, à escassez de fontes disponíveis para pesquisa no Brasil e em língua portuguesa. Para contornar esse problema, apresentamos nesse artigo uma proposta metodológica e empírica. Ancorado no campo de pesquisa denominado História Atlântica, apontamos como impressos e manuscritos produzidos por agentes nascidos no Brasil ou lusitanos enraizados na América podem ser capazes de apresentar uma perspectiva diferente sobre a África e os africanos que viviam na região Centro Ocidental do continente. Para tanto, dedicamos uma atenção especial às potencialidades para tal finalidade da documentação da série Bahia-Avulsos, disponível no fundo Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavra-Chaves: História da África; Fontes Históricas; História do Brasil; História Atlântica.

Abstract

Brazilian historians usually find some troubles to conduct research about the history of Africa, under an African perspective. On the one hand, this is due to the very specificity of the methods and techniques to study African sources. On the other hand, we are faced with the scarcity of available sources for study African history in Brazil and in Portuguese language. We present in this paper a methodological and empirical proposal in order to solve these problems, based on Atlantic History research field and books and manuscript written by “Brazilians” and Portuguese rooted in America. Our purpose is to demonstrate how these choices may offer a different perspective on West Africa and its inhabitants. Finally, we pay a special attention to the potential of Bahia-Avulsos series of documents.

Keywords: African History; Historical Sources; Brazilian History; Atlantic History.

1. Introdução

Um melhor conhecimento sobre a história do continente africano “nos ajuda a desconstruir as imagens negativas de uma África Negra que, para muitos, nunca ultrapassou o estado das tribos ‘primitivas’, nunca elaborou estados centralizados, nunca construiu impérios, contrariamente à Europa e à Ásia” (MUNANGA; GOMES, 2006: p. 37). Essa percepção profundamente arraigada no pensamento ocidental é, por sua vez, uma das principais razões para o preconceito em relação aos africanos e afrodescendentes. Além disso, conforme chamou atenção Alberto da Costa e Silva, “a história da África - ou melhor das várias Áfricas -, antes e durante o período do tráfico negreiro, faz parte da história do Brasil” (COSTA E SILVA, 2003: p. 236).

Dessa forma, “se, após 1500, não se pode estudar a história do Brasil sem considerar as mudanças na política portuguesa, (...) os três séculos de comércio de escravos ligam indissolavelmente os acontecimentos africanos, sobretudo os da África Atlântica, à vida brasileira” (COSTA E SILVA, 2003: p. 236). Portanto, a grande diáspora africana para as Américas (TAVARES, 2009) e o papel o tráfico de escravizados africanos, bem como da sua extinção, na formação do capitalismo (WILLIAMS, 2012) também são fatores que ligam indissolavelmente a história da África à história do Ocidente, sobretudo a sua porção banhada pelo Oceano Atlântico.

É comum entre os historiadores afirmar que o continente africano passou por transformações estruturais na Era Moderna, que marcariam profundamente as sociedades africanas até os dias atuais. Paul Lovejoy (2002) argumenta que entre o século XIV e XX a escravidão foi fazendo parte da vida de um número cada vez maior de grupos sociais e crescendo em importância na ordem social, econômica e política do continente, de maneira geral. Segundo o autor, enquanto vigorou o comércio Atlântico de escravos, a escravidão na África transformou de instituição marginal, forma complementar de dependência social atrelada à linhagem, a uma instituição fundamental para as economias africanas, uma vez que passou a ser o principal “produto” de exportação daquelas sociedades. Nessa perspectiva, outro impacto na economia da África derivado do tráfico Atlântico de escravizados foi a retirada de pessoas em idade produtiva do continente, alterando parte do potencial produtivo dessas sociedades. Lovejoy (2002) chama atenção ainda para outra consequência gerada pelo aumento da demanda externa por escravizados africanos: o desenvolvimento de um ciclo vicioso, no qual as armas trocadas por

escravos acabaram alimentando mais guerras para a “produção” de mais cativos para atender a demanda Atlântica.

Com o fim do tráfico Atlântico de escravizados imposto pelas potências europeias no século XIX, a escravidão sofreria nova transformação no continente, que impactaria diversas sociedades africanas. Segundo Lovejoy (2002), com a perda do mercado Atlântico, os escravos capturados teriam novos destinos, principalmente dentro do próprio continente africano, reestruturando as formas de organização econômica e social em regiões da África em torno de sistemas escravistas. Com isso o autor sugere que a presença europeia na época do tráfico Atlântico de escravos transformou a economia do continente, na medida em que criou uma dependência deste em relação à Europa. Além disso, esse comércio desestruturou o ambiente africano devido às guerras geradas para atender e à demanda Atlântica por cativos. Dessa forma, o continente ficou fragilizado politicamente, o que teria levado a fragmentação de grandes Estados centralizados existentes na África, contribuindo para a conquista e posterior colonização do continente em meados do século XIX.

Na contramão de Paul Lovejoy, John Thornton (2004) em seu livro “A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico” se valeu de outros aparatos teórico-metodológicos e, portanto, de outros argumentos para entender a importância da escravidão e do comércio de cativos na África. Escrito aproximadamente na mesma época, o autor buscou romper com a teoria da dependência, privilegiando aspectos culturais das sociedades africanas em detrimento das relações macroeconômicas. Thornton (2004) argumentou que a escravidão sempre foi uma instituição importantíssima nas sociedades africanas, em grande medida porque a propriedade privada da terra era inexistente na África, o que teria levado a desenvolver a propriedade do trabalho como principal forma de geração de riqueza.

Nesse sentido, para o Thornton (2004), as sociedades africanas sempre buscaram ter muitos escravos e, portanto, a demanda europeia não teria transformado efetivamente o papel da instituição no continente. Tamanha importância da escravidão internamente poderia ser evidenciada no controle dos agentes africanos sobre as decisões com relação à escolha dos escravos a serem vendidos no mercado, tanto interno quanto externo. Para o autor, a oferta de cativos estava sobre o controle dos africanos na medida em que os produtos oferecidos pelos europeus trocados por escravos representavam apenas consumos de luxo, que de forma alguma geraram laços de dependência entre sociedades africanas e o mercado europeu. Mesmo as armas de fogo,

segundo o historiador, tinham funções mais simbólicas do que práticas nas guerras africanas já que, devido à baixa cadência de tiro, eram ineficientes nas guerras de contato, típicas na África até meados do século XIX. Portanto, Thornton (2004) buscou minimizar o impacto da demanda Atlântica por escravos africanos, da revolução militar provocada pelo comércio de escravos e das explicações econômicas para a fragmentação política do continente africana.

De acordo com Ivo Carneiro de Sousa (2002), as diferentes teses brevemente expostas acima fazem parte de um debate que coloca duas Áfricas em choque. De um lado, pesquisadores que “acreditam que a crise africana é devida a fatores externos: colonialismo ocidental, imperialismo, efeitos perversos da escravatura” (SOUSA, 2002: p. 137). De outro lado, encontra-se “uma corrente internalista que explica a situação das sociedades africanas através de fatores internos” (SOUSA, 2002: p. 137). Apesar de minoritários, segundo o autor, os intelectuais alinhados à última corrente argumentam que “qualquer conceitualização da crise e dos conflitos africanos exclusivamente através de fatores externos se mostra incompleta” (SOUSA, 2002: p. 138).

As abordagens que privilegiaram as reconfigurações internas ao continente ocorridas durante esse período, ocasionadas por movimentos populacionais em decorrência de conflitos políticos e de bruscas alterações climáticas (VANSINA, 2010; MILLER, 2008), acabou sendo conhecidas como “perspectiva africana” (BARBOSA, 2012). A maioria delas, porém, considera que as transformações ocorridas na África durante esse período foram ocasionadas devido à progressiva integração do continente, sobretudo a sua porção Ocidental e Centro Ocidental, aos circuitos mercantis mundiais (INIKORI, 2010; DAVIDSON, 1981). Por sua vez, tal integração reverberou não apenas no continente africano, gerando também alterações econômicas e culturais significativas nas duas margens do Atlântico (GILROY, 2001; ALENCASTRO, 2000; VERGER, 2002).

Em nossa pesquisa estamos nos alinhando a essa última perspectiva de análise sobre a história da África. Para realizar tal empreendimento vem sendo fundamental buscar documentos que possam oferecer informações produzidas por diferentes matizes. Por um lado, analisando uma perspectiva europeia, mais especificamente portuguesa, sobre o tráfico Atlântico de escravizados e as relações políticas e comerciais estabelecidas em África. Por outro, a partir de um prisma sul-sul, expressa através do olhar brasílico, isto é de agentes nascidos na América portuguesa ou de lusitanos que permaneceram boa parte de sua trajetória militar ou

administrativa no Brasil e que mantiveram uma relação com os africanos que muitas vezes não estavam alinhados aos interesses metropolitanos. A análise da produção desses últimos agentes históricos, a nosso ver, pode ser uma importante chave de entrada para construir uma perspectiva mais complexa sobre a história africana, menos centrada em fontes produzidas no norte do Globo.

Iniciamos nossa pesquisa a partir de impressos portugueses e brasílicos produzidos entre 1700 e 1800, a partir dos relatos de viajantes que descreveram o que viram durante sua passagem pela África ou ouviram dizer de seus contemporâneos algo a respeito de povos africanos. Além disso, estamos investigando também documentos oficiais produzidos pela administração colonial portuguesa no que se refere à costa Ocidental africana. Com isso está sendo possível identificar as relações entre a costa Ocidental africana e o Brasil, especialmente com a cidade de Salvador, durante o século XVIII. Nosso objetivo é compreender o papel de agentes africanos na administração de seu território e ampliar o nosso conhecimento sobre a história da África. Esperamos que com isso possamos contribuir para uma escrita da “História Atlântica”, na qual a África tenha um papel de protagonista e não apenas de mero coadjuvante.

2. Por uma História Atlântica da África

Devido às peculiaridades da trajetória histórica africana em relação à europeia, segundo Joseph Ki-Zerbo, na escrita de uma história da África “os métodos e técnicas serão diferentes. Aliás, essa estratégia também não será exatamente a mesma em todas as partes da África” (KI-ZERBO, 2010: p. XXXIV). Isso significa que, por um lado, a metodologia para elaborar uma história da África Ocidental a partir dos manuscritos portugueses e brasílicos não pode ser igual aos esforços dessa natureza que pretendem analisar o continente americano, por exemplo. Por outro lado, no caso específico da África Ocidental, os registros legados pelos viajantes, exploradores, comerciantes, informantes e funcionários coloniais representam fontes adequadas para o conhecimento daquele território. Afinal, como vimos acima, a presença europeia foi decisiva na trajetória histórica daquela porção do continente africano durante o tempo em que vigorou o tráfico Atlântico de escravizados, independente das avaliações sobre o tamanho desse impacto.

Conforme alertou Henk Wesseling, “na África, a história estrutural não é uma escolha, mas a única possibilidade” (WESSELING, 1992: p. 112), diante dos próprios desafios impostos pelas fontes disponíveis para pesquisa. Por isso, nossa proposta vem sendo analisar a trajetória de

sociedades e estados africanos localizados na costa Ocidental do continente, tendo como referencial o oceano Atlântico. De acordo com Morgan e Greene, “a grande virtude de pensar em termos Atlânticos é que encoraja perspectivas mais amplas, orientações transnacionais e horizontes mais expandidos, ao mesmo tempo em que oferece uma chance para superar nacionalismos e outros paroquialismos” (MORGAN & GREENE, 2009: p. 8). Segundo Stuart Schwartz (2005: p. 21), a História Atlântica como campo de pesquisa justamente “tende a enfatizar a interação entre povos, as políticas e as culturas da África, Europa e Américas e suas ilhas”.

A “História Atlântica” enquanto campo específico da história disciplinar que se propõe ao estudo do Mundo Atlântico na Idade Moderna nasceu dos auspiciosos ensinamentos de Fernand Braudel (1984), Frederique Mauro (1997) e Vitorino Magalhães Godinho (1983). Tal perspectiva de análise não recai, como alguns críticos costumam argumentar, sobre uma contemplação desengajada do passado, nem numa projeção anacrônica do presente. Uma História Atlântica se propõe a superar definitivamente as teorias mercantilistas, apontando para o caráter “policêntrico e dinâmico” da economia comercial Atlântica no início da Era Moderna (BAILIN, 2005: p. 85). Conforme propôs Paul Gilroy, uma perspectiva Atlântica “pode não só aprofundar nossa compreensão sobre o poder comercial e estatal e sua relação com o território e o espaço, mas também ressume alguns dos árduos problemas conceituais que podem aprisionar ou enrijecer a própria ideia de cultura” (GILROY, 2001: p. 15)

É claro que essa unificação regional oceânica se trata, na verdade, de uma construção a posteriori. Como bem demonstrou Joyce Chaplin (2009), no início da Era Moderna, poucas pessoas reconheciam a existência de um “Atlântico”. Por outro lado, “os ‘oceanos’ não são menos míticos do que os continentes” (ARMITAGE & BRADDICK, 2002: 12). Em outras palavras, se um “Atlântico” não nasceu inteiramente formado dentro da consciência europeia e africana, não podemos dizer nada diferente sobre a noção de “América” ou de “África”. Portanto, uma análise sob a perspectiva Atlântica não significa partir do princípio de que as sociedades margeadas pelo oceano eram homogêneas, mas simplesmente da consciência de que as especificidades locais foram forjadas e/ou transformadas pela transmigração de costumes, de produtos, de práticas e de ideias que circularam, espontânea ou forçadamente, de acordo com conjunturas bastante amplas e complexas (BAILIN, 2005).

Apesar de crescente, ainda são poucos os esforços de pesquisa hoje em dia no Brasil que se dediquem à história da África Ocidental antes da colonização europeia daquele território. Mas essa realidade não pode ser entendida, ao menos atualmente, como um desinteresse ou descaso por parte dos historiadores brasileiros sobre o que se passou na outra margem do Atlântico durante Era Moderna. O principal problema dos historiadores sediados no Brasil, que têm interesse em conhecer melhor a história do continente africano, diz respeito à escassez de fontes acessível em língua portuguesa para uma empreitada dessa natureza. Como já havia alertado Ki-Zerbo, em sua introdução ao primeiro volume da História Geral da África, “é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil” no caso da história africana, pois para tal empreendimento “a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade” (KI-ZERBO, 2010: p. XXXIX).

Devido às barreiras espaciais e culturais entre as duas margens do Atlântico, cabe aos historiadores brasileiros recorrerem às fontes que estão mais facilmente disponíveis. Nesse sentido, os relatos de viajantes, sobretudo portugueses e brasílicos que estiveram em África, se apresentam ainda como uma fonte riquíssima de informações. Conforme reconheceu o próprio Joseph Ki-Zerbo, a maioria desses documentos “reclamam imperiosamente uma releitura expurgada de qualquer preconceito anacrônico e marcada por uma visão endógena” (ZI-ZERBO, 2010: p. XXXVII). Há diversos relatos de europeus e americanos que estiveram na costa Ocidental africana que merecem ser revisitado, pois eles representam um rico repositório de informações sobre práticas, costumes e experiências dos africanos, sobretudo em suas relações com os povos europeus ou colonizados por eles.

3. História da África a partir do olhar brasílico

Iniciamos nossa investigação pelos escritos de Luis Antônio de Oliveira Mendes, um agente brasílico, nascido na Bahia em meados do século XVIII. Não se sabe ao certo se Luis Antônio Mendes foi de fato à África, ou se as informações que ele coletou de forma “sisuda e fiel à experiência” partiram de relatos indiretos recolhidos no porto de Salvador. O fato é que, em seu discurso, Mendes buscava na ciência uma solução para causas da mortandade de “Pretos recém-tirados da África (...) depois da sua chegada ao Brasil”. Suas intenções, no entanto, não eram meramente humanitárias. A vida dos africanos escravizados deveria ser conservada, pois era

necessários para estabilidade, e promoção da Agricultura, e das diferentes manufaturas nos Domínios do Ultramar; de cujos transportes continuados, fazendo sucessivamente

girar o Comércio, e pôr em atividade a Navegação, se percebem avultadíssimos Direitos (MENDES, 1812 [1793]: p. 2).

Sua narrativa foi dividida de acordo com as etapas do tráfico Atlântico de escravizados africanos e do sistema escravista brasileiro. As primeiras partes do texto tratam da experiência dos indivíduos em África, sobre a natureza e a qualidade do ar, a salubridade da água, o clima, bem como os modos de viver, os costumes, os vestuários e a economia. Naquele momento, devido ao contato com as Américas, especialmente com o Brasil, o autor chamou atenção para “a agricultura, plantando milho, o feijão, o aipim, a mandioca, a malagueta, o gergilim, o mandubim, de que fazem extrair duas espécies de azeite para seu consumo” (MENDES, 1812 [1793]). Além da agricultura, o comércio de cera e de marfim foi destacado por Mendes, sendo estes insumos importantes moedas nas trocas entre os africanos nos “sertões” do continente.

A caça também foi apontada por Mendes como uma importante atividade naquele momento. Ela era realizada dependendo da presa: “para o grande leva flechas de ferro, e estas finas; e para o pequeno, que é o Budoque, balas de barro”. O budoque, descrito pelo autor, acaba evocando as lembranças de infância de muitos brasileiros:

um arco, como de rabeça, porém muito maior, feito da madeira mais forte, que se pode achar: das extremidades do arco saem duas cordas paralelas, e entre uma, e outra no meio da corda se faz uma pequena rede, aonde se deposita a bala de barro, e comprimindo-se o arco, com a expedição da bala, feita a pontaria, o caçador mata a caça, que quer (MENDES, 1812 [1793]: p. 10).

Na dieta dos africanos, de acordo com Mendes, não era comum o uso de ervas e de peixes. Já hortaliças como “couves, repolhos, alface”, assim como frutas e legumes, eram bastante comuns, embora “quanto mais se vai alongando a viagem pela terra adentro em maior número de dias, a hortaliça mansa (...) vai desaparecendo” (MENDES, 1812 [1793]: p. 12). A aguardente produzida em África, a “aluá”, também era bastante importante, “porém quando nos seus sertões aparece a cachaça, aguardente do Brasil, a que chamam giribita, preferem esta bebida a outra” (MENDES, 1812 [1793]: p. 15). Para o caso da África Centro Ocidental, a aguardente brasileira foi uma das responsáveis pelo esvaziamento do poder dos governadores de Angola em prol dos negociantes da Bahia, de Pernambuco e, posteriormente, do Rio de Janeiro. Isso aconteceu “em função da seleção de produtos considerados adequados à satisfação da demanda africana – os produtos ‘da terra’ brasileiros. Assim, o aumento da demanda por escravos a partir do final do século XVII impôs soluções de compromisso que incluíam interesses locais e brasileiros – vistos como parte integrante do sistema político e econômico” (FERREIRA, 2001: p. 342).

Como podemos perceber nessa breve apresentação da fonte que, a despeito das intenções e dos julgamentos do autor, a crônica de Luís Antônio de Oliveira Mendes se mostra como uma preciosa porta de entrada para o conhecimento da África e africanos, em especialmente do Reino do Daomé; bem como para a recíproca influência entre as duas margens do Atlântico durante o século XVIII (COSTA E SILVA, 2002b). Dessa forma, as informações contidas nesse relato brasileiro nos permitem trilhar os caminhos ensinados por uma longa tradição de pensadores brasileiros que se debruçaram sobre essa temática, de Gilberto Freyre (2008) à Alberto da Costa e Silva (2003).

Seguindo essa linha de investigação, pesquisamos uma embaixada Daomeana que visitou Brasil no final do século XVIII. Comanda pelo dadá Agonglo, a embaixada escolheu como destino da comitiva a cidade de Salvador justamente pelas intensas relações comerciais entre essa praça mercantil e o porto de Ajudá, no Golfo do Benin. Escravizados africanos, tabaco produzido no Recôncavo Baiano e ouro extraído das Minas Gerais eram as principais trocas realizadas entre essas duas margens do Atlântico (SANTOS, 2013).

Não foi por acaso, portanto, que na viagem de volta para o Daomé, acompanharam a comitiva do rei daomeano um clérigo nascido na Bahia chamado Vicente Ferreira Pires e o padre Manoel Pires Sardinha. Este último é natural do arraial do Tejuco, região das Minas Gerais conhecida não apenas pela extração do ouro, mas também pelos seus ricos diamantes. A escolha de um “mineiro” e “baiano” para compor a comitiva sinalizava a intrincada relação entre os sertões da América, o porto de Salvador e a África Ocidental.

Segundo Júnia Furtado (2003), o padre Sardinha era filho de Francisca da Silva, conhecida no imaginário popular brasileiro como Xica da Silva. O pai de Vicente Ferreira Pires foi Manoel Pires Sardinha, o primeiro proprietário de Francisca, antes de ser vendida ao contratador de diamantes de João Fernandes de Oliveira, que a alforriou e manteve uma relação conjugal imortalizada por Joaquim Silvério dos Reis em suas “Memórias do Distrito Diamantino”, publicado pela primeira vez em 1868. Segundo Júnia Furtado (2014), a mãe de Xica da Silva e, portanto, avó de Manoel Pires Sardinha, se chamava Luísa Pires “natural e batizada no Reino de Angola”.

Essa breve genealogia do clérigo brasileiro tem por objetivo sugerir que a visão desse indivíduo sobre a África e os africanos, dificilmente seria idêntico aos dos lusitanos de nascimento que visitaram o continente e escreveram sobre o que ali observaram. O resultado das observações

de Manoel Pires Sardinha e de Vicente Ferreira Pires foi o texto *Viagem de África em o Reino de Dahomé*.

Para conhecer um pouco mais sobre as intrincadas relações entre brasílicos e africanos da porção Ocidental do continente, nos debruçamos também sobre os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, em especial o Fundo “Conselho Ultramarino”, pertencentes às seguintes séries: “Bahia” [Avulsos] 1604 a 1828; “Bahia-CA” [Castro Almeida], 1613 a 1807/; “Bahia-LF” [Luís da Fonseca], 1599 a 1700. O recurso aos registros produzidos pelo Conselho Ultramarino português tem por objetivo atenuar a lacuna existente na documentação relativa a relatos de viajantes, exploradores e missionários portugueses e brasílicos, produzidas entre meados do século XVII e finais do século XVIII.

Segundo o historiador congolês Elikia M’Bokolo, mesmo no caso do Reino do Congo, para o qual há “uma proliferação excepcional das fontes escritas portuguesas”, são escassos os relatos produzidos no século XVIII, “a ponto de a respeito dos anos de 1718-1763, por exemplo, não possuímos por assim dizer a menor informação” (M’BOKOLO, 2009: p. 415). Além disso, os manuscritos do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados durante o Projeto Resgate, vem nos mostrando como é indissociável a história da África e a história do Brasil, sob uma perspectiva Atlântica.

Os negociantes luso-brasileiros transitaram intensamente entre a costa americana e a costa da África, em decorrência do tráfico Atlântico de escravizados (SILVA, 2010; VERGER, 2002). Era comum que o Vice-Rei do Estado do Brasil recebesse notícias periódicas sobre o que acontecia no continente africano, especialmente nas feitorias e fortalezas sob o domínio lusitano. Ao longo dos séculos XVII e XVIII a jurisdição dos governadores da Bahia e, portanto, dos Vice-Reis do Brasil, se estendia até a Costa da Mina, na África. Em decorrência disso, diversas cartas foram enviadas da cidade da Bahia para o monarca português, através do Conselho Ultramarino, relatando eventos ocorridos na costa africana. Um bom exemplo são as correspondências que abordaram as guerras provocadas pela expansão do reino do Daomé.

O Daomé emergiu como uma forte liderança na costa Ocidental africana no final do século XVII. De acordo com alguns autores, o Daomé se expandiu como uma reação contra o escravismo por parte de um povo que tinha sido eles próprios vítima das razias realizadas por europeus e, sobretudo, por iorubanos do reino de Oió (BARRY, 2010). Tal interpretação é compartilhada por Basil Davidson, que também defendeu a tese de que a invasão dos fortes

européus pelo Daomé representava uma tentativa de “reduzir o impacto local do tráfico de escravos – flagelo de que o seu próprio povo sofrera horrivelmente durante os últimos anos” (DAVIDSON, 1981: p. 296). Chegando a comparar a invasão das feitorias europeias e das cidades iorubanas à “tomada da Bastilha”, o autor brasileiro Jean-Marie Lambert sustentou que a expansão do Daomé, em um primeiro momento, “nasceu como produto das relações comerciais com a Europa... só que a contrário”, na medida em que visava uma ruptura com a dinâmica Atlântica relacionada ao tráfico de escravizados africanos (LAMBERT, 2001: p. 100).

No entanto, pesquisas mais recentes vêm indicando que essa abordagem, surgida entre décadas de 1960 e 1970, visava a criar uma “consciência histórica endógena, própria”, capaz de “reverter as imagens que a colônia havia imposto como fundamentação básica do ‘atraso’ africano” (RUGER, 2006: p. 69). Por um lado, a partir de informações de agentes envolvidos no comércio com a chamada “Costa da Mina”, é possível perceber que no segundo quartel do século XVIII de fato aquela região se encontrava “deserta com a guerra que tem feito o Daomé” e o “negócio da costa da Mina” entrava em um ciclo iminente de “decadência”. Por outro lado, de acordo com as informações recolhidas preliminarmente a partir dos manuscritos portugueses e brasílicos disponíveis na série “Bahia-Avulsos” do fundo “Conselho Ultramarino”, os combates travados pelo Daomé não faziam parte de uma guerra contra o tráfico Atlântico de escravizados africanos, tampouco o Daomé pretendia se transformar em inimigo de europeus e de brasílicos.

De acordo com a correspondência escrita pelo Vice-Rei Conde de Sabugosa, após a invasão das feitorias europeias, o Daomé “se retirou para a sua terra, segurando ao nosso diretor toda a boa correspondência, com a qual não duvido assista aos portugueses por se interessar muito na sua conservação, porém como está envolto e em guerras com todos os mais reinos, não dessem escravos”. Isso significa que a crise no comércio de escravizados na costa Ocidental africana ocorrida no segundo quartel do século XVIII passava longe de ser o resultado de “uma força revolucionária” africana, que emergiu em oposição ao tráfico humano (LAMBERT, 2001: p. 100), mas simplesmente a sequela de uma conjuntura desfavorável aos traficantes de escravizados, devido aos conflitos decorrentes de rivalidades internas.

O documento endossa a leitura daquela conjuntura que enquadra a expansão daomeana, não como uma retaliação do povo fon ao tráfico Atlântico de cativos, mas enquanto um processo de ampliação de um estado nascente que pretendia possuir um acesso direto às rotas Atlânticas do comércio (OUMONNI, 2001). Por isso, segundo Alagoa (2010: p. 522), depois de

uma recessão no comércio Atlântico de cativos africanos, “após 1730, o Daomé submeteu-se a tutela política do Oió e aceitou integrar-se à economia do tráfico, em cooperação com os negociantes europeus da costa”. Foi, portanto, por meio do comércio Atlântico que o Daomé passou a ter acesso às armas de fogo europeias (que os ajudaram nos combates contra seus inimigos) e aos produtos de origem europeia e americana, que os auxiliaram na arregimentação de acordos com os reinos, cidades e agrupamentos subjugados e/ou aliados (LAW, 2001; COSTA E SILVA, 2004).

A partir de uma análise preliminar das correspondências enviadas pelo Vice-Rei do Brasil ao Conselho Ultramarino, nos parece possível inferir que os impedimentos ao comércio negreiro foram muito mais rigorosos aos franceses, ingleses e holandeses do que aos lusitanos e brasílicos. Um bom indício disso pode ser encontrado no relato do informante do Vice-Rei na Costa da Mina, Domingos Luís Moreira. Sua carta visava a noticiar “a violenta prisão do diretor Francês pelos Ajudás que o fizeram morrer miseravelmente” e “a prisão do diretor Inglês pelos Daomé, a quem segundo se publica fizeram sofrer martírio até sua morte, e que por fim o comeram”. A correspondência indica que, naquele momento, os postos portugueses não sofreram com nenhuma ofensiva daomeana. A razão disso, de acordo com Alberto da Costa e Silva, era que os comerciantes luso-brasileiros “pagavam em ouro” para adquirir escravizados (COSTA E SILVA, 2002a: p. 551).

Os interesses dos traficantes brasílicos estavam aparentemente acima de qualquer alinhamento militar, político ou comercial em África. Isso fica patente no relato de um dos informantes do Vice-Rei. Segundo Domingos Luís Moreira,

o continente tem dado as mãos para destruir este a quem não reconhecem se não por régulo, por se haver levantado sendo vassalo do de Ardra [Aladá]; se entre ele houver constância poderemos ficar livres das consequências que ocasiona a sua subsistência.

Em outras palavras, apesar das amistosas relações entre os daomeanos e os portugueses e brasílicos sediados na costa Ocidental africana, os representantes da coroa portuguesa torciam para que o Daomé fosse derrotado, a fim de que o tráfico Atlântico de escravizados africanos pudesse recuperar rapidamente o ritmo que tivera no início dos setescentos. De acordo com fontes orais, foram expulsos de Ketu pelos Iorubás diversos indivíduos, que então se dirigiram para o ocidente e se estabeleceram em Tadô. Desse grupo, três linhagens rivais acabaram tomando rumos diferentes. Um deles teria fundado Aladá, outro se encaminhou para Ajudá e um terceiro, menos conhecido, seguiu para o interior. No início do século XVII, uma disputa entre os

potenciais sucessores ao trono de Aladá fez com que dois deles se exilassem em outras terras. Um deles fundou Porto Novo e outro Abomey, cidade que se tornaria a sede do Reino do Daomé (COSTA E SILVA, 2002a).

Cabe ressaltar que a referida documentação que está sendo analisada não aborda apenas questões relativas ao tráfico Atlântico de escravizados africanos, embora o tema seja recorrente na maioria das correspondências. A partir desses registros percebemos que é possível também coletar informações sobre a dinâmica política e econômica de alguns reinos africanos. Um bom exemplo disso pode ser verificado na carta escrita por Domingos Luis Moreira, na qual ele relatou que “ultimamente mandou o el’Rei de Daomé pedir a cada uma das três feitorias lhe haviam de emprestar quarenta cativos em vários gêneros de fazendas para enviar ao Rei de Oyo [Oió] para concluir a paz que com ele tem tratado”. De acordo com Robin Law (2004), como Oió era um dos Estados mais fortes da região, eles acabaram ditando a dinâmica militar naquela costa. Devido ao seu poderio militar, mesmo o estado de Daomé teve de lhe pagar tributos para evitar invasões e pilhagens, como as que aconteceram nos anos de 1726 e de 1748. Portanto, por meio dessas informações é possível conhecer melhor os conflitos e as alianças existentes entre os estados africanos, bem como o papel dos escravizados não só como mercadoria, mas também como unidade monetária dentro dos próprios reinos na costa Ocidental africana.

Cabe destacar, por fim, que muitos dos documentos que estamos trabalhando nessa pesquisa são, na realidade, documentos inéditos que jamais foram utilizados por outros historiadores. Pois, se as séries “Bahia-Castro Almeida” e “Bahia-Luis da Fonseca” já foram bastante exploradas por pesquisadores como Peirre Verger (2002) e Maria Beatriz Nizza da Silva (2010), por exemplo; a série “Bahia-Avulso” ainda é uma fonte inesgotável de informações e ainda escassamente trabalhadas pelos historiadores brasileiros (SANTOS, 2013).

Assim, a partir desse resultado preliminar de nossa pesquisa a partir de manuscritos portugueses e brasílicos disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, esperamos ter demonstrado que, por meio de diversas correspondências, a monarquia portuguesa se manteve sempre bem informada sobre aspectos da dinâmica política e econômica na costa Ocidental africana também a partir de um olhar brasílico. Em uma dessas cartas endereçadas ao monarca português, relatando a “falta de escravos por causa das guerras que estão envoltos aqueles negros”, o remetente encerra a correspondência com os seguintes dizeres: “qualquer novidade que se ofereça naquela parte, darei conta a V. Majestade, expedindo logo aviso com essa notícia”.

Portanto os esforços dos governantes luso-brasileiros no sentido de deixar o rei de Portugal sempre a par das notícias do que se passava em África apontam para o rico manancial de informações que as correspondências da série Bahia, contida do fundo “Conselho Ultramarino”, oferecem aos historiadores brasileiros interessados em pesquisar sobre a história africana sem precisar sair de nosso país.

Referências Bibliográficas

ALAGOA, Ebiegberi Joe. Do delta do Níger aos Camarões: os fon e os iorubas. In: OGOT, Bethwell Allan. (org.). *História Geral da África V - África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde [1594]*. Lisboa: Ministério da Educação, 1994.

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael. (Org.) *The British Atlantic World, 1500-1800*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

BAILIN, Bernard. *Atlantic History: concept and contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

BARBOSA, Muryatan S. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. São Paulo, 2012. Tese (doutorado em História). FFLCH/USP.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: UCAM, 2000.

_____. A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tuculores. In: OGOT, Bethwell Allan. (org.). *História Geral da África V - África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

BOSCHI, Caio. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira História*, São Paulo, v. 38, n. 78, pp. 187-208, 2018.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1984.

CHAPLIN, Joyce E. The Atlantic Ocean and its contemporary meanings, 1492-1808. In: MORGAN, Philip; GREENE, Jack.(org.). *Atlantic History: A critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. A Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, vol. 28, Salvador, pp. 253-294, 2002.

_____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

DAVIDSON Basil. *A Descoberta do Passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FARIAS, Paulo de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: *Afro-Ásia*, Salvador, vol. 29-30, pp. 317-343, 2003.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global 2008.

FURTADO, Junia Ferreira. O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé. In: *Anais Eletrônicos do XIV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Disponível em: https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1776. Acesso em: 01/04/2020.

_____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes, o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: identidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

INIKORI, Joseph. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan. (org.). *História Geral da África V - África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO. 2010.

KI-ZERBO Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África I - Metodologia e pré-história*. Brasília: UNESCO. 2010.

LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. Goiânia: Kelps, 2001.

LAW, Robin. A Carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 2, pp. 9-39, jan-jun, 2001.

_____. *Ouidah: the social History of a West Africa slaving 'port', 1727-1892*. Athens: Ohio State University Press, 2004.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____.; CURTO, José. (orgs.) *Enslaving connections: changing cultures of África and Brazil during the era of Slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

M´BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo I. Salvador: EDUFA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MAURO, Frederic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1997.

MENDES, Luis Antônio de Oliveira. Discurso acadêmico ao programa [1793]. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Capítulo I, Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812.

MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Heywood, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Fernando Amaro; ROCHA, Teresa Vásquez. *A Guiné do século XVII ao século XIX: o testemunho dos manuscritos*. Lisboa: Prefácio, 2004.

MORGAN, Philip; GREENE, Jack. (Org). *Atlantic History: A critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

MUNANGA, Kapengele. GOMES, Nilma L. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006.

OLIVA, Anderson. A história da África em perspectiva. *Revista Múltipla*, n. 10(16), Brasília, 2004.

OUMONNI, Elisée. *Daomé e o Mundo Atlântico*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS/CEAA, Universidade Cândido Mendes, 2001.

PIRES, Vicente Ferreira. *Crônica de uma embaixada Luso-Brasileira à Costa d'África em fins do século XVIII, incluindo o texto da Viagem de África em o Reino de Dahomé [1800]*. (Coleção Brasileira, vol. 287) São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.

RUGER, Mario. A diáspora exorcizada, a etnicidade (re)inventada: historiografia pós-colonial e políticas da memória sobre o Daomé. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, 2006.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino [1868]*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Tropical Babels. Sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Bahia: A Corte da América*. São Paulo: IBEP, 2010.

SOUZA, Ivo Carneiro. A conflitualidade na África Subsaariana. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL “Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana”. Porto: Faculdade de Letras e Centro de Estudos da Universidade do Porto, 2001.

TAVARES, Julio Cesar. Uma ponte sobre o Atlântico. In: LAHNHI, Cláudia R. (et al.) *Culturas e Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TURCO, Angelo. Semânticas da violência: guerra, território e poder na África Mandinga. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 35, pp. 125-149, jan/jun, 2006.

VANSINA, Jan. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: OGOT, Bethwell Allan. (org.). *História Geral da África V - África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO. 2010. Brasília: UNESCO, 2010.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Corrupio, 2002.

WESSELING, Henk. História de além-mar. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

WILLIAMS, Eric. *Escravidão e Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Sobre o autor:

Raphael Freitas Santos: Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço: Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça, Belo Horizonte - MG. CEP: 30421-169. Sala: 442.

Artigo recebido para publicação em: 5 de maio de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

SANTOS, Raphael Freitas. África Ocidental em manuscritos brasílicos do século XVIII. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 37-54. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.50726

